
**ARTICULAÇÕES TEÓRICAS, PARTICULARIDADES E CAMINHOS PARA
ANALISAR DISCURSOS EM DESLOCAMENTOS**

João Batista da Silva Goulart ¹
Sita Mara Lopes Sant'Anna ²

Resumo: Este artigo propõe uma incursão analítico-descritiva nos fundamentos da Análise do Discurso (AD) de filiação materialista, inaugurada por Michel Pêcheux. Fruto de revisão bibliográfica vinculada à pesquisa de mestrado desenvolvida na UERGS, o objetivo central é sistematizar as articulações epistemológicas entre a Linguística, a Psicanálise e o Materialismo Histórico, domínios que configuram o dispositivo teórico-analítico da disciplina. A partir de uma revisão narrativa e conceitual, o texto explicita o projeto pecheutiano de intervir criticamente no campo das ciências sociais para fundar um novo instrumento científico que rompe com a ilusão da transparência da linguagem. Mobilizando o referencial de Pêcheux (1997, 2008, 2014) e interlocutores como Orlandi (2006, 2015), discute-se a relação intrínseca entre linguagem e exterioridade, compreendendo a língua como materialidade atravessada pela história e pelo equívoco. Como resultado da reflexão, o trabalho demonstra que o sujeito não é a fonte originária do seu dizer, mas efeito de um processo de interpelação ideológica que produz o efeito imaginário de autonomia e unidade, enquanto os sentidos permanecem vinculados a formações discursivas e à ordem do repetível.

Palavras-chave: Análise do Discurso Materialista. Ideologia. Materialismo Histórico. Sujeito.

**THEORETICAL ARTICULATIONS, PARTICULARITIES AND WAYS TO
ANALYZE DISCOURSES IN DISPLACEMENTS**

Abstract: This article proposes an analytical-descriptive incursion into the foundations of Materialist Discourse Analysis (DA), inaugurated by Michel Pêcheux. Resulting from a bibliographic review linked to a master's research developed at UERGS, the primary objective is to systematize the epistemological articulations between Linguistics, Psychoanalysis, and Historical Materialism, domains that configure the theoretical-analytical apparatus of the discipline. Based on a narrative and conceptual review, the text elucidates the Pêcheutian project of critical intervention in the field of social sciences to establish a new scientific instrument that breaks with the illusion of language transparency. Mobilizing the framework of Pêcheux (1997, 2008, 2014) and interlocutors such as Orlandi (2006, 2015), the intrinsic relationship between language and exteriority is discussed, understanding language as a materiality traversed by history and by the equivocation. As a result of this reflection, the study demonstrates that the subject is not the primary source of their own discourse, but an effect of a process of ideological interpellation that produces the imaginary effect of autonomy and unity, while meanings remain linked to discursive formations and the order of the repeatable.

Keywords: Materialist Discourse Analysis. Historical Materialism. Ideology. Subject.

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação Profissional em Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul(UERGS) – Campus Litoral Norte. Email:joao-goulart@uergs.edu.br.

² Doutora em Educação, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); professora adjunta da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Email:sita-santanna@uergs.edu.br.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Análise do Discurso (AD) de filiação materialista, consolidada a partir das formulações inaugurais de Michel Pêcheux na França dos anos 1960, estabelece-se como uma disciplina do entremeio, operando na fissura entre a língua, a história e a ideologia. Diferente das correntes que compreendem a linguagem como um sistema transparente de transmissão de informações, a AD postula a opacidade do dizer e a incompletude constitutiva do sentido. Este artigo propõe-se a revisitar os pilares dessa teoria, oferecendo um itinerário que desnaturaliza as evidências do sentido e coloca em xeque a soberania do sujeito sobre o seu próprio discurso.

O objetivo central desta incursão teórica é sistematizar as articulações epistemológicas que sustentam o dispositivo analítico pecheutiano. A relevância deste trabalho reside na necessidade de oferecer ao pesquisador, em especial àquele em fase inicial de formação, um instrumental que permita compreender a língua como materialidade atravessada pela exterioridade. Para tanto, mobiliza-se um referencial teórico ancorado nas obras fundamentais de Pêcheux (2014) e interlocutores contemporâneos, como Orlandi (2015) e Malidier (2011), buscando clarificar como o discurso se constitui enquanto objeto de saber que demanda a presença do histórico no simbólico.

Cabe ressaltar que as reflexões aqui apresentadas são fruto de uma revisão de literatura específica, desenvolvida originalmente para a dissertação de mestrado intitulada "Tensões e desafios contemporâneos no discurso pedagógico de professores do ensino médio gaúcho na formação continuada: deslocamentos possíveis", defendida junto à Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Assim, este trabalho busca transpor o rigor daquela investigação para uma estrutura que auxilie didaticamente os postulantes à análise do discurso em seus percursos de compreensão dos mecanismos que regem a linguagem e a subjetividade.

Metodologicamente, a narrativa estrutura-se por meio de um diálogo analítico-descritivo, organizado em seções que mimetizam o rigor e a síntese necessários à compreensão de conceitos densos. Sob a denominação de "Breviários", apresentam-se os fundamentos das três regiões do conhecimento que sustentam a AD: a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise. Complementarmente, as seções intituladas "Sobre..." dedicam-se ao adensamento das particularidades desses conceitos, explorando as tensões que emergem quando se retira do sujeito a ilusão de ser a fonte originária de seus enunciados.

Ao antecipar o percurso textual, este artigo convida o leitor a percorrer as trilhas da ideologia e do inconsciente, elementos que, para a AD, impedem o fechamento definitivo do sentido. No primeiro bloco, discutem-se as bases saussurianas e althusserianas, bem como a clivagem do sujeito em Lacan; em um segundo momento, abordam-se as três épocas da AD, culminando na reflexão sobre a historicidade do dizer. Pretende-se, ao final desta jornada, que a “proluso à inconclusão” aqui proposta não encerre o debate, mas abra novos caminhos para a análise de discursos em constante deslocamento.

1. BREVIÁRIO SOBRE AS ARTICULAÇÕES TEÓRICAS DA ANÁLISE DO DISCURSO

A Análise do Discurso materialista estabelece-se como uma abordagem teórico-metodológica fundada por Michel Pêcheux em 1969. É concebida como uma “disciplina do entremeio”, cuja constituição decorre da transferência e ressignificação de noções oriundas de três domínios fundamentais: a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise. É imperativo ressaltar que a AD não se apropria desses saberes de forma instrumental ou meramente técnica; ao contrário, ela opera uma compatibilização epistemológica que transfigura tais conceitos em um campo de conhecimento autônomo.

Nesta articulação, emerge o objeto precípua da disciplina: o discurso. Ao instaurar o discurso como objeto de estudo, a AD introduz na Linguística a dimensão do sujeito e a determinação da situação histórica na análise da linguagem. Através do aporte do Materialismo Histórico, a teoria compreende o homem como um sujeito histórico, cuja realidade concreta é permanentemente afetada pelo simbólico. Dessa união intrínseca entre a estrutura da língua e a contingência da história, os sentidos são produzidos, materializando-se na forma do discurso.

Portanto, ao propor o estudo dos processos de significação, a AD adentra o tríplice embate entre ideologia, psicanálise e estruturalismo. Este percurso teórico objetiva desvelar como o objeto de estudo foi definido a partir de sucessivas ressignificações, rompendo com a visão da linguagem como ferramenta transparente para encará-la como o lugar onde a historicidade se torna matéria.

SOBRE AS ARTICULAÇÕES TEÓRICAS DA LINGUÍSTICA A PARTIR DE SAUSSURE

Ferdinand de Saussure, em suas elaborações teóricas fundantes para o estruturalismo, estabeleceu a distinção basilar entre a língua (*langue*) e a fala (*parole*). Tal distinção encaminha a dicotomia entre significante e significado, essencial para a definição de signo e, conseqüentemente, da própria língua. Nesse contexto, a língua é constituída por imagens acústicas — representações mentais dos sons que se materializam na escrita —, enquanto a fala, dadas as suas características individuais e variabilidade de uso, não pode ser reduzida a imagens convencionais ou conceitos fixos. Sua execução depende de mecanismos psicofísicos (atos de fonação) que permitem ao indivíduo exprimir pensamentos pessoais por meio de combinações frases e subjetivas (Saussure, 2006).

Por conseguinte, seria temerário enunciar que Saussure negligenciou a significação ou o falante em virtude da primazia atribuída à língua. Uma leitura atenta de seus estudos revela que a significação é reconhecida pelo linguista genebrino, especialmente ao apontar a interdependência entre os termos no “circuito da fala”. A língua funciona como a instância que garante que a fala atinja seu destino, mobilizando o sistema para produzir sentido. O signo linguístico, portanto, caracteriza-se pela união entre conceito (significado) e imagem acústica (significante), sendo o elo entre eles arbitrário e dotado de linearidade (Saussure, 2006).

Desse modo, não existe uma ligação necessária entre o conceito e a imagem acústica; a arbitrariedade do signo evidencia que o significado é efeito das diferenças formais entre os termos, e não o resultado de uma relação direta entre palavras e objetos da realidade. Essa arbitrariedade conduz à imutabilidade: uma vez fixado no tempo e na comunidade linguística, o significante impõe-se, subtraindo do sujeito o controle soberano sobre as palavras. Para a Análise do Discurso, essa noção é fundamental para desconstruir a ideia de que o sujeito “escolhe” livremente seus sentidos.

No entanto, é a própria dimensão temporal que impõe ao signo a sua terceira propriedade: a alteração. Como resultado da prática social, o signo pode sofrer deslocamentos que atingem simultaneamente o significante (alteração fonética) e o significado (modificação na extensão do conceito). Torna-se pacífico, portanto, compreender que a ênfase dada por Saussure à língua constituiu um recorte epistemológico deliberado para a construção do objeto de estudo da Linguística. Embora o estruturalismo privilegie o coletivo em detrimento do

individual, esse recorte não significou a exclusão da fala, mas sim a delimitação de um campo que, posteriormente, permitiria à AD de Pêcheux (2014) identificar na língua a base comum necessária para o funcionamento do discurso e a inscrição da história no simbólico.

SOBRE AS ARTICULAÇÕES TEÓRICAS DA PSICANÁLISE A PARTIR DE LACAN

A linguística não é a única que se ocupa da linguagem e das línguas (em especial, a gramática), nem é certo que ela tenha de tratar de todos os fenômenos que pertencem ao foro da linguagem. Sabe-se, particularmente, que, embora a discussão acadêmica acerca da exclusão da fala como lugar de emergência — o que neste trabalho se infere que não necessariamente ocorreu — Saussure excluiu a fala (*parole*) do foro da língua. Nesse diapasão, é de fato incontestável a influência do genebrino nos estudos de Jacques Lacan, indicando a existência de uma filiação — marcada por oposições necessárias à consolidação teórica — da psicanálise lacaniana à linguística saussuriana.

Lacan estabelece uma oposição entre fala (*parole*) e linguagem (*langage*) distinta da dicotomia saussuriana entre fala e língua (*langue*). Ele infere que a tensão existente se apresenta entre fala e linguagem. Isto é, a ordem simbólica manifestada pelo “muro da linguagem” como veículo da comunicação — que opõe resistência à liberação da fala, mobilizando verdades e se consubstanciando como campo em que se define a psicanálise. Trata-se de uma seara que desempenha, também, um importante papel na articulação teórica da Análise de Discurso, atravessando o seu quadro epistemológico (Teixeira, 2000).

Para melhor compreensão da articulação entre AD e psicanálise, faz-se mister analisar aspectos da teoria que auxiliem a entender o que ocorre no processo discursivo. De acordo com a teoria lacaniana, o sujeito, ao nascer, é inserido em um mundo de discurso ou de linguagem preexistente — um lugar imerso no universo linguístico com signos diversos. As palavras usadas para se remeter à criança constituem o “Outro” como linguagem; isto é, uma coleção de todas as palavras e expressões presentificadas na língua (Fink, 1998).

Nessa conjuntura, a fim de revelar seus desejos, a criança precisa aprender a expressá-los em palavras compreensíveis no círculo social ao qual pertence. Esse processo molda seus desejos conforme a comunicação existente, uma vez que as palavras que ela é obrigada a usar não lhe pertencem, nem correspondem às suas demandas. Dessa maneira, a linguagem traz

consigo a alienação, pois, ainda que o desejo do infante se realize, ele já se encontra transformado pelo simbólico.

Em relação à fala, Lacan distingue a “fala do eu” (instância consciente ou ego) de um “outro tipo de fala”. Esses dois tipos surgem de lugares psíquicos distintos: o eu e o “Outro”. Lacan (1998) leciona que as palavras faladas sem intenção consciente (escapes, murmúrios ou truncamentos) surgem no inconsciente, concebido como o “discurso do Outro” — um lugar de formulação de palavras enunciadas de forma involuntária. Há uma tendência a acreditar no controle do que se fala, tratando os lapsos como acasos sem importância, mas:

As opiniões e desejos de outras pessoas fluem para dentro de nós através do discurso. Assim, se o inconsciente é o discurso do “Outro”, nele residem a fala de outras pessoas, conversas de outras pessoas, objetivos, aspirações e fantasias de outras pessoas, que foram expressas em palavras (Fink, 1998, p. 27).

Nessa esteira, o inconsciente que Lacan (1998) concebeu é, na verdade, o “Outro”, pois o lapso de linguagem não revela apenas o nosso desejo, mas desvela o desejo do outro. Por conseguinte, a linguagem possui um funcionamento independente do sujeito, que a utiliza e é simultaneamente utilizado por ela. Assim, o “Outro”, enquanto linguagem — com deslocamentos sintáticos e condensações semânticas — impõe regras e evolui independentemente de escolhas conscientes, sendo selecionado em outro lugar que não a consciência (Lacan, 1998).

Dessa forma, percebe-se que um significante não corresponde a um significado fixo. O significado e o sentido não são tão acessíveis quanto parecem, residindo aí o engano da linguagem. Cada sujeito possui uma compreensão única do mundo, consequência de experiências em seu inconsciente às quais ninguém tem fácil acesso. Em suma, para a AD, a linguagem não é transparente, o signo não é totalmente capturável e o significado não está previamente posto na língua, o que demanda o exercício constante da interpretação.

SOBRE AS ARTICULAÇÕES TEÓRICAS DO MARXISMO CLÁSSICO A PARTIR DE ALTHUSSER

Outra perspectiva mister para a Análise de Discurso Materialista, como dito anteriormente, é a do marxismo clássico e a releitura dele feita por Althusser (1996). Nesse compasso, compreender a teoria marxista torna-se fundamental justamente por buscar o real da

história, que também não é transparente ao sujeito e está “atravessada” pela ideologia. Pode-se salientar que essa perspectiva tem como preocupação o modo como os sujeitos interagem com a natureza para produzir e reproduzir suas condições materiais de existência, enfatizando como as questões sociais e políticas podem ser explicadas por intermédio da compreensão das formas como a produção material está organizada socialmente.

Nesse sentido, Marx enfatiza a oposição tanto entre as relações e as forças de produção quanto entre as classes sociais opostas. Dessarte, as questões políticas no marxismo clássico se remetem ao papel do Estado e da ideologia — as superestruturas — na manutenção da dominação de classe. Desse modo, compreende-se esta como a internalização de uma falsa consciência e aquele como um agente de coerção.

Partindo desse entendimento, Marx estabelece o conceito de ideologia a fim de explicar como as ideias e as formas de consciência legitimam e naturalizam as formas de organização social ou representam interesses de classe. Nesse contexto, é importante compreender que a ideologia, na perspectiva de Marx, seria um “falseamento” da realidade concreta. Logo, há uma “distorção” da realidade, pois, segundo Althusser, tem-se que a ideologia, para Marx, é:

um bricolage imaginário, puro sonho, vazio e vão, constituído pelos “resíduos diurnos” da única realidade plena e positiva, a da história concreta dos indivíduos concretos, materiais, produzindo materialmente sua existência (Althusser, 1985, p. 83).

Diante disso, a ideologia nada mais é do que um conjunto de partes que compõe um todo ilusório, sem sentido prático e concreto. Ela é direcionada, como tática, a um sujeito que é obra das ideias soltas, frutos de abstrações e compreensões de uma realidade vazia de sentidos.

Althusser (1985), por sua vez, opera uma crítica epistêmico-sociológica ao marxismo, pois, ao adotar a perspectiva sociológica, questiona o conceito de ideologia enquanto “falsa consciência”, afirmando que ela é vital para a reprodução da sociedade e produz efeitos relevantes no real. Nessa perspectiva, Althusser aponta que a função da ideologia é fazer com que o mundo onde vive o sujeito seja óbvio e natural, embora sejam estas características as razões do desconhecimento desse sujeito em relação à sua situação real na história e na sociedade. Por conseguinte, trabalhadores em sociedades capitalistas liberais podem se perceber como sujeitos livres, detentores de direitos que lhes confirmam igualdade. Porém, essa “percepção” vivenciada sistematicamente leva os sujeitos a “desconhecerem” a forma como

sua força de trabalho é explorada, facilitando a manutenção das relações de produção capitalista.

A filosofia althusseriana também introduz a distinção entre os aparelhos repressivos e os aparelhos ideológicos do Estado (AIE), ressaltando a importância dos fatores ideológicos e subjetivos na reprodução dos discursos. Os AIE — como escolas, igrejas, família e mídia — têm a função de associações políticas “por ideologia”, materializando em práticas cotidianas ideias de disciplina e individualismo. Outro conceito importante de Althusser — e que é afeto ao discurso — relaciona-se à subjetividade. Como o sujeito é um efeito ideológico, a fim de que ele se identifique como tal, deve se submeter a outro “Sujeito” (com S maiúsculo, na acepção althusseriana), o qual permitirá que o sujeito reconheça a si e aos demais como tais. Logo, esse processo de identificação provê o sujeito de uma certeza absoluta de que “tudo sempre foi assim”.

De fato, esse entendimento de Althusser sobre a constituição do sujeito tem suas raízes na teoria do “estádio do espelho” de Lacan (1998). O psicanalista leciona que o bebê reconhece a si mesmo como uma unidade (o Eu) a partir de uma imagem externa — o reflexo especular — que é validada e confirmada pelo olhar do “Outro”, permitindo-lhe ingressar na ordem simbólica. Nesse cenário, a articulação entre a ideologia althusseriana e a psicanálise lacaniana revela que a interpelação não é um evento meramente mecânico, mas uma “fantasmática” que captura o sujeito. Enquanto o inconsciente marca o sujeito pela falta e pela clivagem, a ideologia atua oferecendo-lhe uma imagem de completude e reconhecimento. Portanto, esse espelhamento ideológico, que remete ao estágio do espelho lacaniano, é o que permite ao indivíduo reconhecer-se como sujeito e, simultaneamente, desconhecer sua condição de assujeitado.

Para a AD, essa analogia é fundamental para compreender como a ideologia interpela o indivíduo porque o sujeito se reconhece na imagem e na evidência do sentido que a ideologia lhe devolve, assumindo-a como sua própria essência ou como o imaginário necessário para preencher o vazio constitutivo da estrutura psíquica. Desse modo, após terem sido realizadas as devidas aproximações com os campos fundadores da AD Materialista, dissertar-se-á sobre o percurso teórico da disciplina em suas três épocas, delineando conceitos fundamentais para a compreensão do objeto de estudo desta análise.

2. BREVIÁRIO DAS PARTICULARIDADES DO DISCURSO: A ANÁLISE DO DISCURSO E SUAS TRÊS ÉPOCAS

A AD surgiu na França em um contexto efervescente de demanda por mudanças concretas no campo das ciências, principalmente sociais e humanas. Estes campos do conhecimento tinham como modelo de análise da linguagem a linguística saussuriana, cujo objeto teórico, a língua, fora construído por meio de exclusões metodológicas. “As estruturas não vão às ruas”, diziam os cartazes dos manifestantes de maio de 1968. Nesse cenário, tornava-se imperativo ultrapassar a barreira estrutural da língua para atingir a fala, o sujeito e o contexto histórico. Assim, os elementos que haviam sido rejeitados pela linguística *stricto sensu* por serem considerados assistemáticos e “acidentais” — cercados por um exterior tido como lugar do indizível — passavam a clamar por novos sentidos.

Por conseguinte, um grupo de pesquisadores considerou a necessidade de desfazer a dicotomia entre interior e exterior linguístico, desvelando a indissociabilidade entre discurso e exterioridade. Neste grupo, destacou-se o filósofo Michel Pêcheux, para quem a língua, a história e a ideologia não poderiam ser analisadas de forma estanque, visto que ambas determinam a constituição das subjetividades e dos sentidos. Afinal, embora os sujeitos ocupem uma base linguística comum, produzem sentidos distintos conforme suas posições de classe e formações discursivas. Portanto, o foco da AD assenta-se nos processos históricos de produção de sentidos que integram os objetos teóricos das três áreas já mencionadas: a linguística (língua), o materialismo histórico (história e ideologia) e a psicanálise (sujeito).

Desse modo, Pêcheux desloca língua, história e sujeito de seus campos originários para ressignificá-los em um novo domínio, produzindo uma reconfiguração de suas fronteiras de saber. É notório que o percurso teórico de Pêcheux para o desenvolvimento da AD foi marcado por revisões críticas, reconhecidas pelo próprio filósofo em 1983, ao publicar o artigo “A análise de discurso: três épocas”. A partir dessa autocrítica, passa-se a examinar as características dessas fases, dedicando especial atenção à terceira época da teoria, onde a inquietude do discurso se torna central.

SOBRE AS 1ª E 2ª ÉPOCAS: DA ANÁLISE AUTOMÁTICA DO DISCURSO À SEMÂNTICA E DISCURSO

A primeira fase da AD, entre 1966 e 1969, motivada pelas descobertas da informática, foi marcada pela publicação do livro *Análise Automática de Discurso* (AAD-69), resultado das reflexões epistemológicas desenvolvidas a partir de Canguilhem e Althusser. Pêcheux compreendia que, para atingir o discurso, seria necessário desenvolver um mecanismo não subjetivo de análise de textos que não sofresse a influência da interpretação do analista. Buscou-se, assim, um método automático por meio de algoritmos para a análise de cada *corpus*, o qual obteve avanços e muitas críticas durante sua validação (Pêcheux, 1997).

O problema da AAD-69 foi que seu método era desenvolvido concomitantemente ao seu objeto teórico. Pêcheux, no início, compreendia o discurso como dado concreto e a ideologia como um “sistema de marcas” ou “sistema de sinalização”. Para definir esse sistema e sua estrutura, o modelo transformacional de Zellig Harris foi instrumental (Fernandes; Vinhas, 2019, p. 136). Desse modo, aqui se observa a tentativa inicial de formalização que a AD-2 viria a superar ao incluir a exterioridade de forma constitutiva.

Pêcheux entendeu que, para agregar a língua às condições de produção, não bastaria o acréscimo de contexto, o que demandaria passar do nível sintático para o semântico. Assim, a segunda fase ocorre em 1975, com *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Pêcheux objetivou produzir uma teoria materialista do discurso contra o idealismo, ou seja, uma teoria não subjetivista da subjetividade (Maldidier, 2011). Nesta fase, o autor criticou o sujeito uno e consciente, argumentando que a linguística de sua época não dava conta dos sentidos produzidos, articulando a teoria do discurso à teoria das ideologias pelo materialismo histórico.

A AD atribui grande importância à questão da Língua. Pêcheux (2014) problematiza deslocamentos a partir de Saussure, sustentando a perspectiva funcional da língua como um sistema que autoriza combinações reguladas, mas defende que esse sistema não se fecha em si mesmo. Existe uma relação constitutiva entre linguagem e exterioridade, onde a sintaxe funciona como uma fonte coercitiva. Como assevera o filósofo:

“o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário... Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso” (Pêcheux, 2014, p. 91).

Nessa perspectiva, a língua é a base comum e o discurso é o nível intermediário mobilizado pela história (Gasparini, 2010). O discurso é definido pelos sentidos produzidos, associando-se sempre a um “já-dito”, o que indica a inexistência de uma realidade pré-discursiva. O sujeito depende das condições de produção, pois ele não é dono do sentido, mas ocupa uma posição-sujeito, fruto de uma constituição sócio-histórica e efeito de uma interpelação ideológica. Relaciona-se, portanto, a posição-sujeito à formação social e às formações discursivas (FD), que disponibilizam um sentido e não outro (Pêcheux, 2014).

Aprofundando a compreensão do assujeitamento, a noção de forma-sujeito na AD-2 emerge como o dispositivo pelo qual o Estado e as formações sociais “falam” através do indivíduo. A forma-sujeito não deve ser confundida com a individualidade biológica, mas compreendida como o lugar histórico ocupado pelo sujeito dentro de uma formação discursiva específica. É por meio da identificação com essa forma-sujeito que a língua, enquanto estrutura abstrata, transita para o discurso, enquanto materialidade histórica. Como bem sinaliza a tradição pecheutiana, a forma-sujeito garante que o dizer do sujeito pareça ser uma propriedade sua, quando, em última análise, é o resultado de uma memória e de uma rede de sentidos que o antecedem e o determinam.

A ideologia, para Pêcheux (1997; 2014) e Althusser, é uma prática social que transforma indivíduos em sujeitos, provendo-os de uma identidade através de rituais que fundamentam crenças. O sujeito é conduzido sem perceber seu assujeitamento. Assim, a FD está inserida em uma formação ideológica, estabelecendo o que pode e deve ser dito (Orlandi, 2015). Retoma-se a definição de FD percebendo que ela não é homogênea, pois coexistem nela discursos de outras FDs, vistas por Eni Orlandi (2015, p. 43-44) como “regionalizações do interdiscurso”:

As formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações. O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outra.

O interdiscurso é o conjunto de elementos já-ditos (memória discursiva) que determinam o discurso. O intradiscurso desenvolve-se em relação a ele, apresentando a entrada dissimulada dos elementos do não dito que habitam o “próprio coração do intradiscurso” (Maingueneau, 2005, p. 38). O sujeito, ao identificar-se com uma forma-sujeito, assume uma posição que implica resistência ou aceitação, funcionando dentro dos “dois esquecimentos”.

Segundo Teixeira (2000), o que se mostra como evidência para o indivíduo é produto da interpelação ideológica.

Conforme Pêcheux (2014), o sujeito vincula-se ao sujeito do inconsciente. Para constituir-se falante, ele ingressa na rede significante pela sujeição ao “Outro”. Como leciona Indursky (2007), o sujeito é múltiplo, composto por língua e ideologia. Ele se constitui sob as ilusões do esquecimento nº 1 (ilusão de ser fonte do sentido) e do esquecimento nº 2 (ilusão de dominar o que seleciona na FD).

Pêcheux (1997) explica ainda que o discurso envolve um sujeito A e um destinatário B, onde ocorrem “efeitos de sentido”. Os sentidos são produzidos em um lócus imaginário, fruto das relações de poder. A prática discursiva produz a ilusão de unicidade. Indursky (1994) leciona que essas ilusões indicam a constituição ideológica e psíquica do sujeito ao ser interpelado. Funcionam, assim, as formações imaginárias que designam os lugares: IA (A): Quem sou eu para lhe falar assim? IA (B): Quem é ele para que eu lhe fale assim? IB (B): Quem sou eu para que ele me fale assim? IB (A): Quem é ele para que me fale assim?

Essas antecipações mútuas são atravessadas pelo já-ouvido e pelo já-dito. Em suma, o sujeito, ao inscrever-se em uma FD, produz efeitos de sentido em sua discursividade. Dito isso, examinaremos as perspectivas da terceira fase, destacando o real da língua, da história e a definição lacaniana de *lalangue*.

SOBRE A TERCEIRA ÉPOCA DA ANÁLISE DO DISCURSO: A FASE DA DESESTRUTURAÇÃO

Embora as fases anteriores da AD tenham proporcionado um robusto desenvolvimento teórico, restava em Pêcheux uma inquietude epistemológica que o conduziu à sua terceira época: a fase de desestruturação-reestruturação. Fundamentalmente, sua última intervenção, *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1983), constitui-se como uma ponte de articulação entre o discurso, a psicanálise e as configurações contemporâneas da subjetividade, conferindo centralidade ao discurso como acontecimento.

Pêcheux (2008) inicia sua reflexão referindo-se ao “estupor” causado pela vitória de François Mitterrand, em 1981, na eleição presidencial francesa. Nesse cenário, o acontecimento irrompe e convoca a memória, reorganizando-a; o fato remete a lembranças que recebem novos sentidos e ressignificações. Diante do improvável, opera-se um confronto discursivo delineado

pela mudança de perspectiva: enquanto uns diziam que Mitterrand “levava a vitória”, outros afirmavam que ele “se apoderava da França”.

Tais enunciados, ainda que se refiram ao mesmo fato, constroem sentidos distintos pois partem de lugares e posições previamente determinadas pela conjuntura sócio-histórica, ratificando que para a AD o sentido não reside no fato, mas na relação tensa entre a memória e a atualidade do acontecimento. Em suma, a significação remete ao acontecimento, mas o discurso é o lugar de constituição do sentido, reafirmando que as palavras não significam em si mesmas, mas em função das formações discursivas em que se inscrevem (Orlandi, 2015).

Nesse diapasão, ao analisar o enunciado *on a gagné* (“ganhamos”), Pêcheux (2008) mobiliza a materialidade linguística para além da sintaxe. Se gramaticalmente o sujeito é o “nós” (1ª pessoa do plural), semanticamente questiona-se: *que* “nós” ganhou? A ausência de complemento verbal (“ganhou o quê?”) submerge o analista em uma rede de implícitos e alusões. O enunciado revela-se, portanto, opaco, conduzindo a interpretação para além de uma estabilidade lógica e revelando a heterogeneidade que habita o dizer.

Ao retomar o exemplo do enunciado *on a gagné*, observa-se que a opacidade característica do dizer não representa uma falha de comunicação passível de correção gramatical, mas a manifestação do real da língua. Este real é o ponto de impossível que resiste à domesticação pela lógica e pela transparência. O equívoco, portanto, é constitutivo e revela que a língua é intrinsecamente sujeita à falha. No embate entre o real da língua e o real da história, o sujeito é forçado ao gesto de interpretação justamente porque o sentido nunca está plenamente posto ou garantido. Assim, o deslocamento discursivo só se torna possível porque a estrutura da língua permite esses pontos de deriva, onde a historicidade irrompe e desestabiliza as evidências do já-dito.

A reflexão interpretativa proposta nesta fase destaca os pontos de deriva que oferecem lugar à interpretação. Esta não advém da revelação de sentidos prontos, mas do trabalho sobre o equívoco permitido pela língua. Conseqüentemente, a AD volta-se aos espaços não estabilizados onde o impossível da língua (o real) encontra a contradição da história. Como define o autor:

Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a [sic] interpretação (Pêcheux, 2008, p. 53).

Nessa esteira, Maldidier (2011) define o interdiscurso como o lugar ideológico onde as FDs se desdobram em relações de dominação e contradição, enquanto o intradiscurso é o espaço onde a forma-sujeito produz a ilusão do esquecimento. Interdiscurso e intradiscurso são indissociáveis e constituem divisões da memória discursiva (Courtine, 2009). Orlandi (2006) leciona que Pêcheux não buscou produzir uma teoria isolada do sujeito, mas demonstrar como ideologia e inconsciente estão materialmente imbricados na produção de sentidos. Maingueneau (1990, p. 69) corrobora essa visão ao afirmar que a escola francesa de AD pode ser lida como:

uma “análise” (= uma psicanálise) aplicada aos textos. Há aí muito mais que uma coincidência de nomes: é a materialização de uma certa configuração do saber em que o mesmo termo “análise” funciona ao mesmo tempo sobre os registros linguístico, textual e psicanalítico.

Para a AD pecheutiana, a verdade é indissociável dos efeitos de linguagem que incluem o inconsciente. Pêcheux (2008) adota o termo laciano “Outro” para explicar o “discurso-outro” — uma presença virtual na materialidade linguística que insiste em enunciar a partir da memória histórica. É nesse registro da falta estrutural e da incerteza sobre o próprio dizer que os discursos coexistem em filiações socio-históricas. A articulação entre AD e inconsciente torna-se explícita, pois:

[...] todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] atravessado pelas determinações inconscientes (Pêcheux, 2008, p. 56).

A fim de conferir maior inteligibilidade à rede conceitual que sustenta a Análise do Discurso de matriz pecheutiana, apresenta-se, a seguir, um quadro-síntese dos principais dispositivos teórico-analíticos mobilizados neste estudo. Esta organização visa não apenas sistematizar as articulações entre o Materialismo Histórico, a Psicanálise e a Linguística, mas também oferecer ao leitor — em especial àqueles que se iniciam nas disciplinas do sentido — um mapa orientador que explicita como a língua é atravessada pela exterioridade e pelo equívoco.

Quadro 1 - Síntese dos conceitos fundamentais da AD Materialista

Conceito	Definição na AD	Papel na Análise
Discurso	Efeito de sentidos entre interlocutores, imbricado na exterioridade.	Objeto que une língua e história para produzir significação.
Formação Discursiva (FD)	O que pode e deve ser dito em uma conjuntura sócio-histórica específica.	Determina a filiação dos sentidos e a posição ocupada pelo sujeito.
Interdiscurso	Conjunto do "já-dito"; a memória discursiva que precede o sujeito.	Lugar de onde vêm os sentidos que o sujeito apenas "reutiliza".
Intradiscurso	O fio do dizer; a enunciação onde o interdiscurso irrompe.	Manifestação material do discurso onde ocorrem as ilusões do sujeito.
Interpelação	Processo ideológico que transforma o indivíduo em sujeito.	Garante que o sujeito se reconheça na ideologia e sinta-se autor do seu dizer.
Esquecimento nº 1	Ilusão de que o sujeito é a fonte originária do sentido.	Impede que o sujeito perceba que seu discurso é determinado pelo interdiscurso.
Esquecimento nº 2	Ilusão de que o sujeito domina e controla o que diz.	Cria o efeito de unidade e clareza na seleção das palavras.
Acontecimento	Ruptura na memória que gera novos sentidos ou ressignificações.	Momento de desestruturação onde o real da língua invade a história.

Fonte: Os autores (2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA PROLUSÃO À INCONCLUSÃO

Diante do percurso teórico trilhado, compreende-se que os efeitos de sentido emergem no momento em que os sujeitos são interpelados pela ideologia e pela história. Ao filiarem-se a determinados discursos, os indivíduos não apenas reproduzem dizeres, mas exploram e deslocam suas posições para se significarem. Sendo assim, os sentidos mobilizados pelos usuários da língua não podem ser tomados como unidades fechadas ou unívocas; pelo contrário, é impossível negar o interdiscurso como o *locus* de coexistência desses sentidos. Estes,

constituídos em rede — múltiplos e dinâmicos — conferem existência tanto aos sujeitos quanto à própria língua que os sustenta (Orlandi, 2006).

Para Pêcheux (2014), o sujeito discursivo produz-se em sua materialidade significativa. Nesse contexto, é na e pela discursividade que o sujeito situa-se, movendo-se sob uma suposta transparência da linguagem. Contudo, a AD revela que este sujeito não é uma unidade plena, mas um ser constitutivamente dividido — efeito da própria linguagem e atravessado pelo contexto que ele mesmo ajuda a produzir. Partindo desta premissa, o sujeito encontra-se permanentemente interpelado pelas tramas sociais, históricas e culturais, uma vez que os discursos a ele atribuídos materializam sentidos em uma sociedade em constante movimento, construída por memórias e já-ditos que demandam interpretação.

Nesse processo, Maingueneau (2005) infere que o discurso é uma dispersão de textos cuja inscrição histórica define um espaço de regularidades enunciativas. O discurso opera sobre outros discursos em uma relação intrinsecamente polêmica. Todavia, ele não atua sobre uma “realidade crua” das coisas, mas sobre um território cindido, onde a língua é vista como um processo de construção de historicidade. Esta percepção dialoga com a tese de Pêcheux (2008) de que o acontecimento é o resultado da tensão entre a memória e a atualidade. Assim, todo discurso carrega a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação das redes de memória (o já-dito) e do cotidiano (o dito), transpassado por filiações sócio-históricas que identificam e constituem o sujeito simultaneamente.

Orlandi (2015) reforça essa visão ao asseverar que a língua deve ser compreendida não apenas como estrutura, mas, fundamentalmente, como acontecimento. Ao reunir estrutura e acontecimento, a forma material torna-se o palco do significante em um sujeito afetado pela história. Não se exige a emergência de sentidos inéditos a cada instante; a própria repetição, manifesta em retornos e reinterpretações, abre as frestas para os deslocamentos discursivos que geram o novo.

Consequentemente, os efeitos de sentido são produtos de condições específicas de produção. Os temas cotejados ao longo desta revisão — a interpretação, o equívoco, a língua sujeita à falha e a metáfora — demonstram que a linguagem não pode ser reduzida à lógica formal. Há o simbólico, há a ideologia e há o inconsciente; elementos que, por si só, alteram o horizonte do discurso e exigem do analista um olhar atento às incompletudes que fundam a nossa existência linguística (Pêcheux, 2014).

Referências

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (Notas para uma investigação) In: ZIZEK, S.(Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. 9ª ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

FERNANDES, Carolina; VINHAS Luciane Iost. Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 19, n. 1, p. 133-151, jan./abr. 2019.

FINK, Bruce. **O sujeito lacaniano**: entre linguagem e gozo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

GASPARINI, Edmundo Narraci. **Língua e Lalangue na análise do discurso de Michel Pêcheux**. 2010. 160f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000784368>. Acesso em: 12 ago. 2024.

INDURSKY, Freda. Formação Discursiva: esta noção ainda merece que lutemos por ela?. In: INDURSKY, F.; Ferreira, M.C.L. (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Clara Luz, 2007, v. 1, p. 163-172.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**, 1994.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. (Trad. Sírio Possenti). Curitiba: Criar Edições, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. Análise do Discurso: A questão dos fundamentos. In: **Caderno de estudos linguísticos**. Campinas, v.19, p. 65-74, 1990.

MALDIDIER, Denise. A inquietude do discurso. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (Orgs.). **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em Análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 12ª ed. Campinas (SP): Pontes Editores; 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 5.ed. Campinas (SP) Editora Unicamp; 2014.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: Estrutura ou acontecimento**, 5 ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET F; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**, 3 ed. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. 1 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

TEIXEIRA, Marlene. **Análise do Discurso e Psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.